



TESOURO NACIONAL

Relatório Resumido da Execução Orçamentária da União

RREO em Foco

MINISTRO DA ECONOMIA

Paulo Roberto Nunes Guedes

SECRETÁRIO ESPECIAL DA FAZENDA

Waldery Rodrigues Júnior

SECRETÁRIO DO TESOURO NACIONAL

Mansueto Facundo de Almeida Jr.

SECRETÁRIO-ADJUNTO

Otávio Ladeira de Medeiros

SUBSECRETÁRIA DE CONTABILIDADE PÚBLICA

Gildenora Batista Dantas Milhomem

COORDENADOR-GERAL DE CONTABILIDADE DA UNIÃO

Heriberto Henrique Vilela do Nascimento

COORDENADOR DE SUPORTE À CONTABILIDADE DA UNIÃO

Luciano Moura Castro do Nascimento

GERENTE

Henrique Guilherme do Amaral Santos

EQUIPE TÉCNICA

Diego Rodrigo Lopes Batista da Rocha

José Airton Lacerda de Jesus

Rubem Mateus de Arruda Ziegler

Sandro Alex Bezerra Vieira

Dezembro de 2018

Sumário

Anexo 1

Port. STN 495/2017

Balanço Orçamentário

Anexo 3

Port. STN 495/2017

Receita Corrente Líquida

Anexo 4

Port. STN 495/2017

Demonstrativos do RGPS e do RPPS

Anexo 7

Port. STN 495/2017

Demonstrativo dos Restos a Pagar (com detalhamento por grupo de despesa)

Anexo 8

Port. STN 495/2017

Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino

Anexo 12

Port. STN 495/2017

Demonstrativo das Despesas com Saúde

Tabela 1

Demonstrativo de Receitas e Despesas da Seguridade Social

Tabela 4

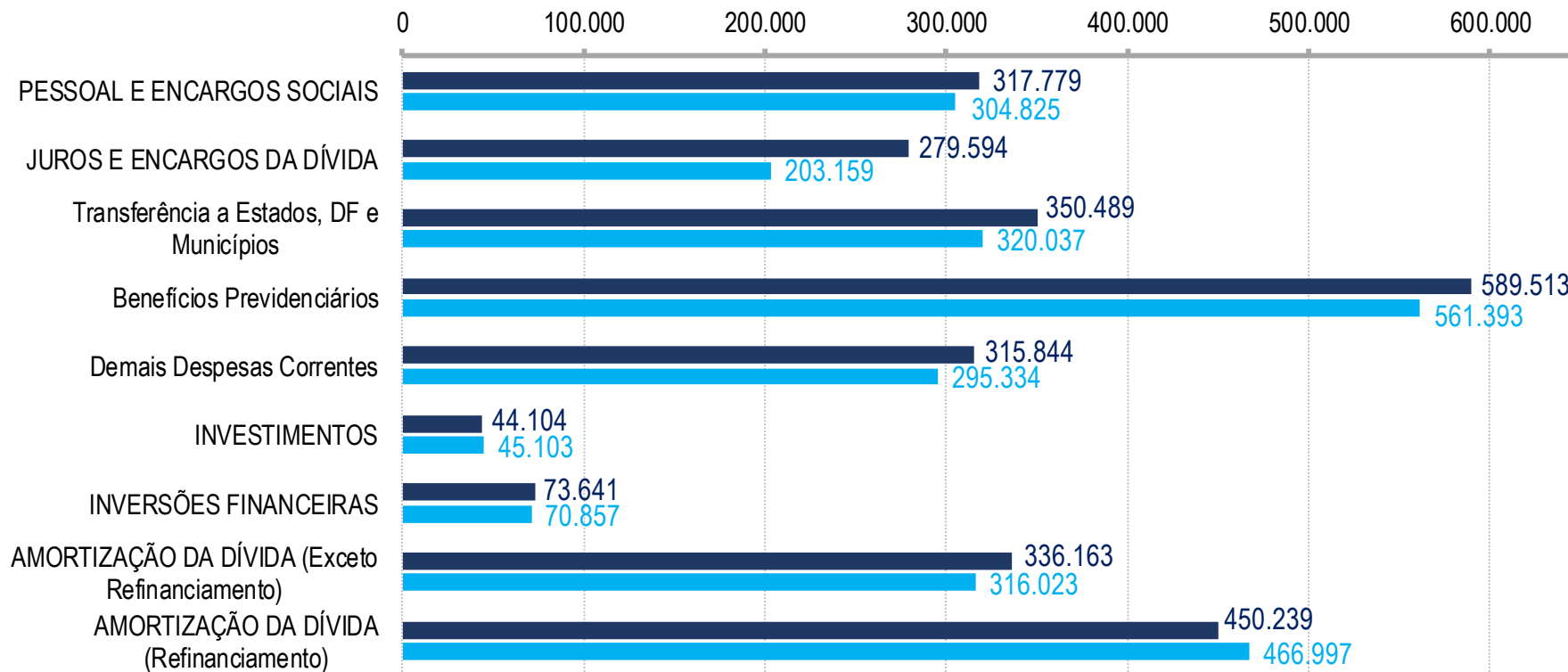
Demonstrativo de Disponibilidades e Fluxos

Anexo 1

Port. STN 495/2017

Balanço Orçamentário**Despesas Executadas – até Dezembro/2018 x até Dezembro/2017 (R\$ milhões)**

O Balanço Orçamentário fornece uma visão geral da execução orçamentária, segundo a classificação por grupos de natureza de despesa. O gráfico abaixo compara os valores executados em cada grupo de natureza de despesa, do período de referência do exercício atual com o período de referência do exercício anterior.

**Despesas Liquidadas ou Executadas**

A liquidação é a fase da execução da despesa entre o empenho e o pagamento. É a fase em que se reconhece o direito do fornecedor do bem ou serviço, surgindo, para a União, a obrigação de pagar. É a fase em que se apropria a despesa orçamentária ao longo do exercício financeiro. Ao final do exercício, as despesas inscritas em Restos a Pagar Não Processados são consideradas executadas.

Refinanciamento

Despesas orçamentárias com o refinanciamento do principal da dívida pública mobiliária, interna e externa, inclusive correção monetária ou cambial, com recursos provenientes da emissão de novos títulos da dívida pública mobiliária.

■ Até o mês/ 2018

■ Até o mês/2017

Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária de Dezembro de 2018 e de Dezembro de 2017, Anexo 1 – Balanço Orçamentário.

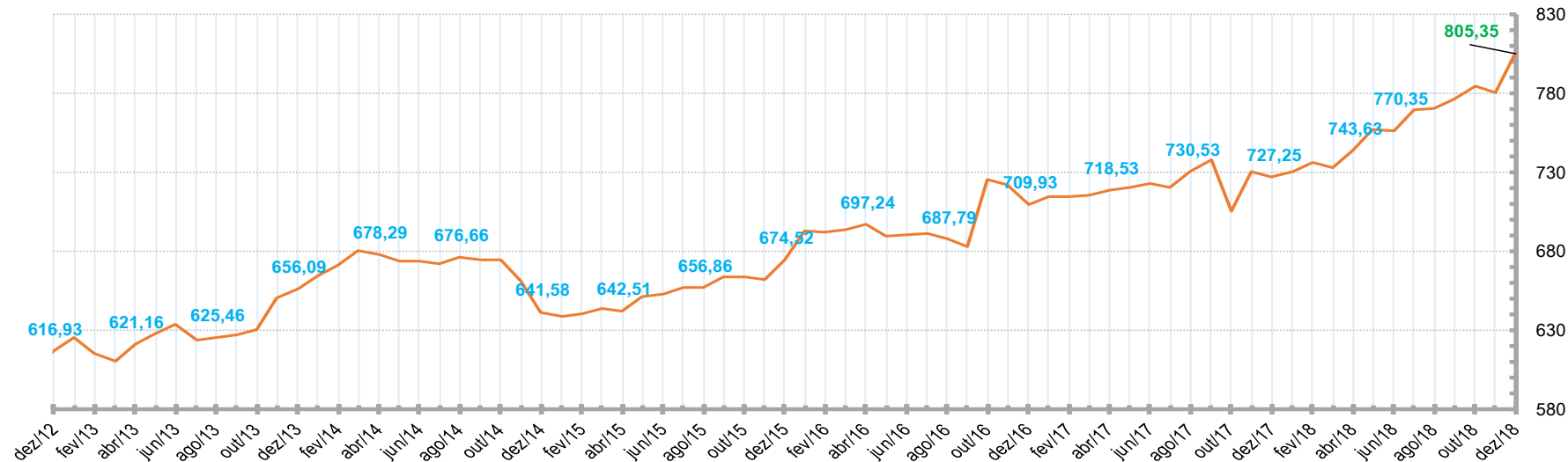
Anexo 3

Port. STN 495/2017

Receita Corrente Líquida

Receita Corrente Líquida (acumulado últimos 12 meses) (R\$ bilhões)

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	DEZ/2012	DEZ/2013	DEZ/2014	DEZ/2015	DEZ/2016	DEZ/2017	DEZ/2018
Receita Corrente Bruta	1.135	1.220	1.243	1.283	1.361	1.408	1.536
Receita Tributária	348	376	400	425	459	465	507
Receita de Contribuições	590	643	671	688	730	800	844
Demais Receitas Correntes	197	201	172	170	172	143	184
Deduções	518	564	602	608	651	681	730
Transf. Constitucionais e Legais	184	203	218	214	239	240	267
Contrib. Emp. e Trab. p/ Seg. Social	274	298	319	326	342	361	380
Outras Deduções	60	63	65	68	70	80	84
Receita Corrente Líquida (RCL)	617	656	642	675	710	727	805

**RCL**

A Receita Corrente Líquida é o somatório das receitas tributárias, de contribuições, patrimoniais, industriais, agropecuárias, de serviços, transferências correntes e outras receitas correntes, deduzidas as transferências constitucionais e legais a Estados e Municípios e algumas contribuições, conforme definição da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Deduções

Registra as deduções permitidas para a apuração da Receita Corrente Líquida, que são as Transferências Constitucionais e Legais, a Contribuição do Empregador e Trabalhador para a Seguridade Social, a Contribuição dos Servidores para o RPPS, a Compensação Financeira entre os Regimes de Previdência, a Contribuição para o Custeio das Pensões Militares, as Deduções para o FUNDEB e as Contribuições para o PIS/PASEP.

Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária de Dezembro de 2018, Anexo 3 – Receita Corrente Líquida.

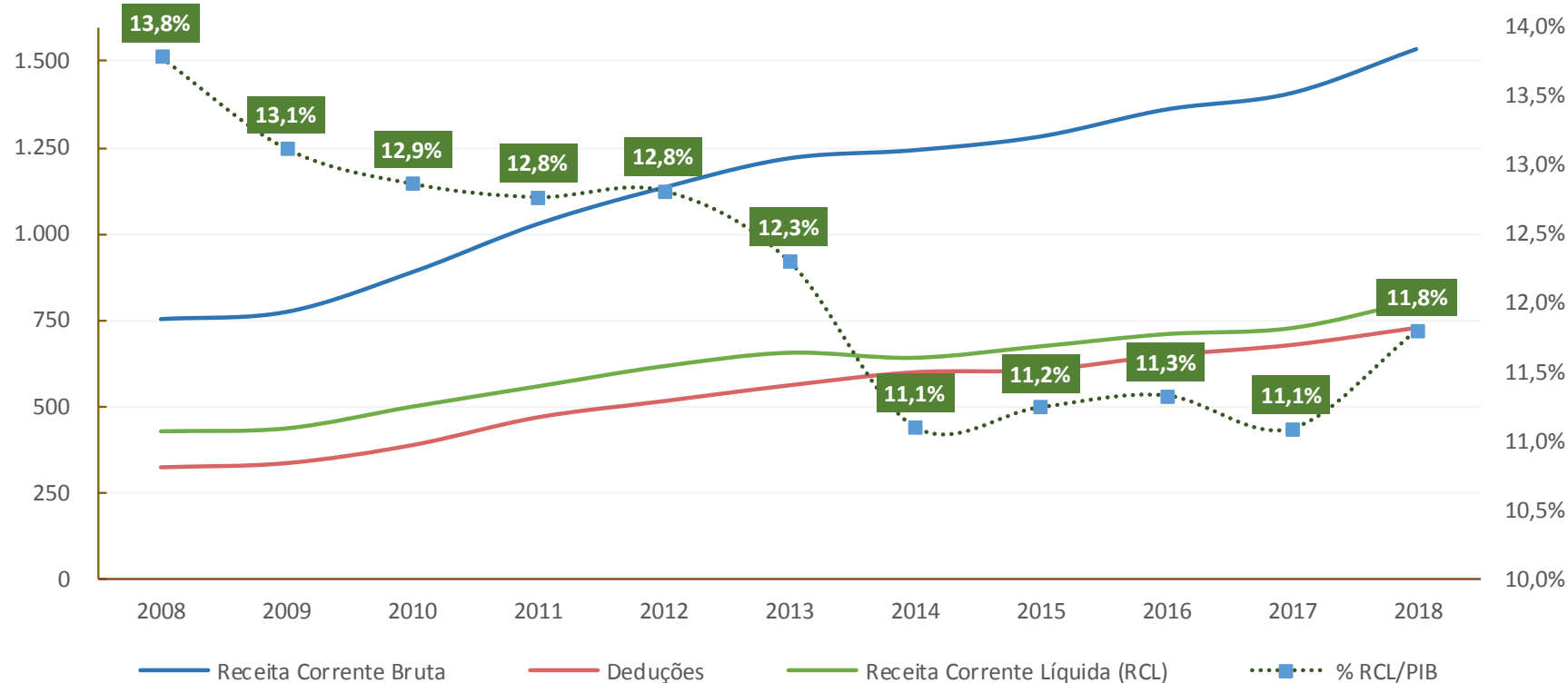
Anexo 3

Port. STN 495/2017

Receita Corrente Líquida em Relação ao PIB

Evolução dos componentes da RCL e relação da RCL sobre o PIB (R\$ bilhões)

O gráfico abaixo mostra a evolução da RCL, apontando um crescimento nominal em todo o período dos últimos 11 anos. Entretanto, a partir de 2012, percebe-se uma redução no ritmo desse crescimento. Em relação ao PIB, houve quedas sucessivas da RCL desde 2008, passando de 13,8% para 11,1% em 2017. Em 2018, até Dezembro, o percentual da RCL em relação ao PIB apresenta recuperação, estando em 11,8%.

**RCL**

A Receita Corrente Líquida é o somatório das receitas tributárias, de contribuições, patrimoniais, industriais, agropecuárias, de serviços, transferências correntes e outras receitas correntes, deduzidas as transferências constitucionais e legais a Estados e Municípios e algumas contribuições, conforme definição da Lei de Responsabilidade Fiscal.

PIB

PIB é a sigla para Produto Interno Bruto, e representa a soma, em valores monetários, de todos os bens e serviços finais produzidos numa determinada região, durante um determinado período.

Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária de Dezembro de 2018, Anexo 3 – Receita Corrente Líquida e IBGE.

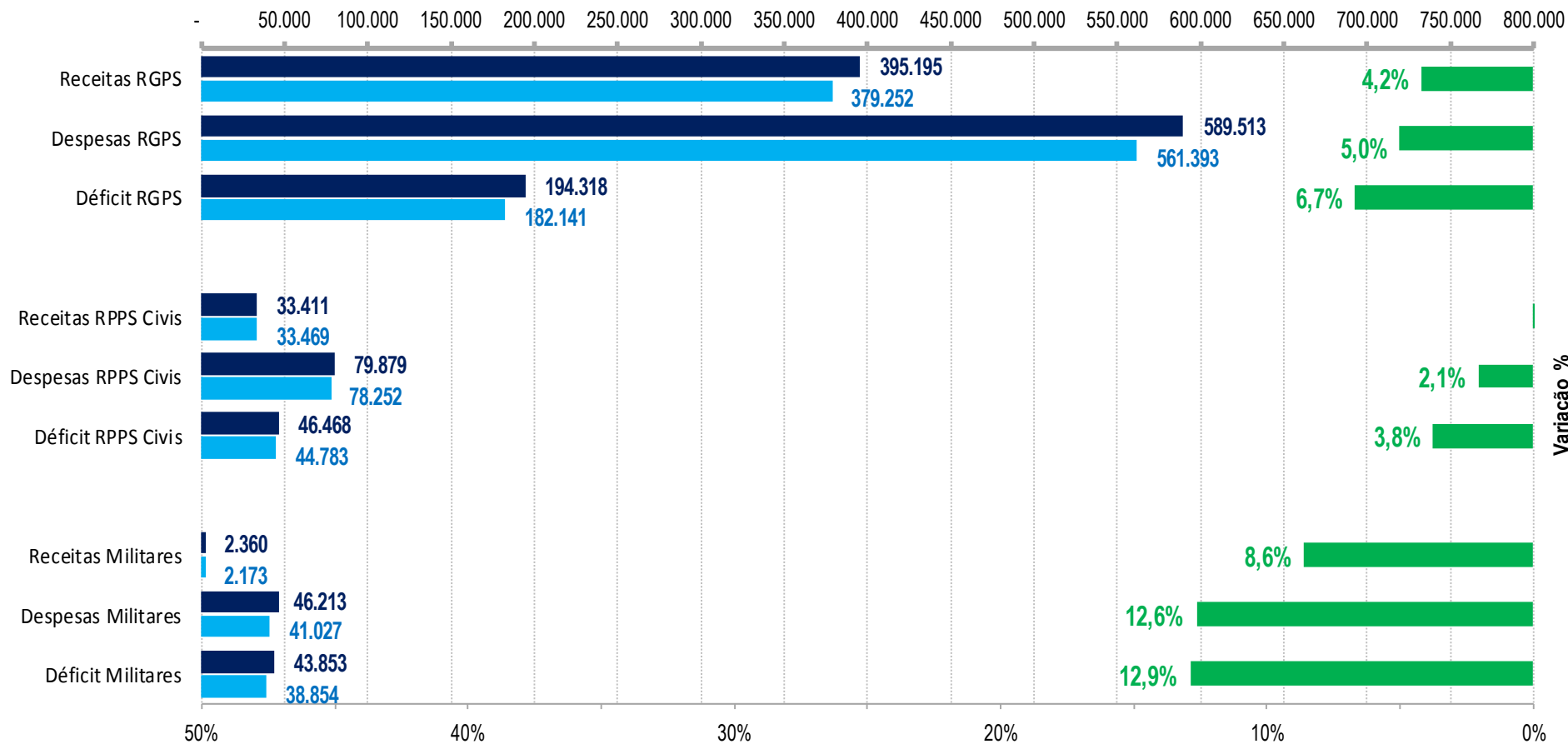
Anexo 4

Port. STN 495/2017

Demonstrativos do RGPS, do RPPS e dos Militares Inativos e Pensionistas

Receitas e Despesas Executadas até Dezembro/2018 (R\$ milhões)

Os componentes do Anexo 4 demonstram receitas, despesas e resultados do Regime Geral de Previdência Social e do Regime Próprio de Previdência dos Servidores Públicos. O gráfico abaixo resume os resultados até o mês de referência, do exercício atual e do exercício anterior.



Regimes Previdenciários

Gestão do patrimônio coletivo dos segurados, sob a tutela do Estado, para transformar a poupança presente em benefícios futuros, quando os trabalhadores deixarem de ser ativos.

RGPS

As receitas são administradas pela Secretaria da Receita Federal do Brasil – SRF. E as despesas, pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS.

RPPS

As receitas são administradas pela Secretaria da Receita Federal do Brasil – SRF. E as despesas, pelos diversos órgãos que possuem inativos em seus quadros. Estão sendo excluídos os valores referentes ao Fundo Constitucional do Distrito Federal.

MILITARES

No caso dos militares, somente as despesas com pensões são consideradas previdenciárias, havendo receita de contribuições específicas para o seu custeio. As despesas com militares inativos não são previdenciárias. Dessa maneira, o resultado aqui apresentado relativo aos militares não é previdenciário, mas representa um balanceamento entre as receitas de contribuições para as pensões de dependentes de militares menos as despesas com as referidas pensões e com os militares reservistas e reformados.

■ 2018

■ 2017

■ % 2018/2017

Fonte: Relatório Resumido da Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária de Dezembro de 2018, Anexo 4 – Previdência.

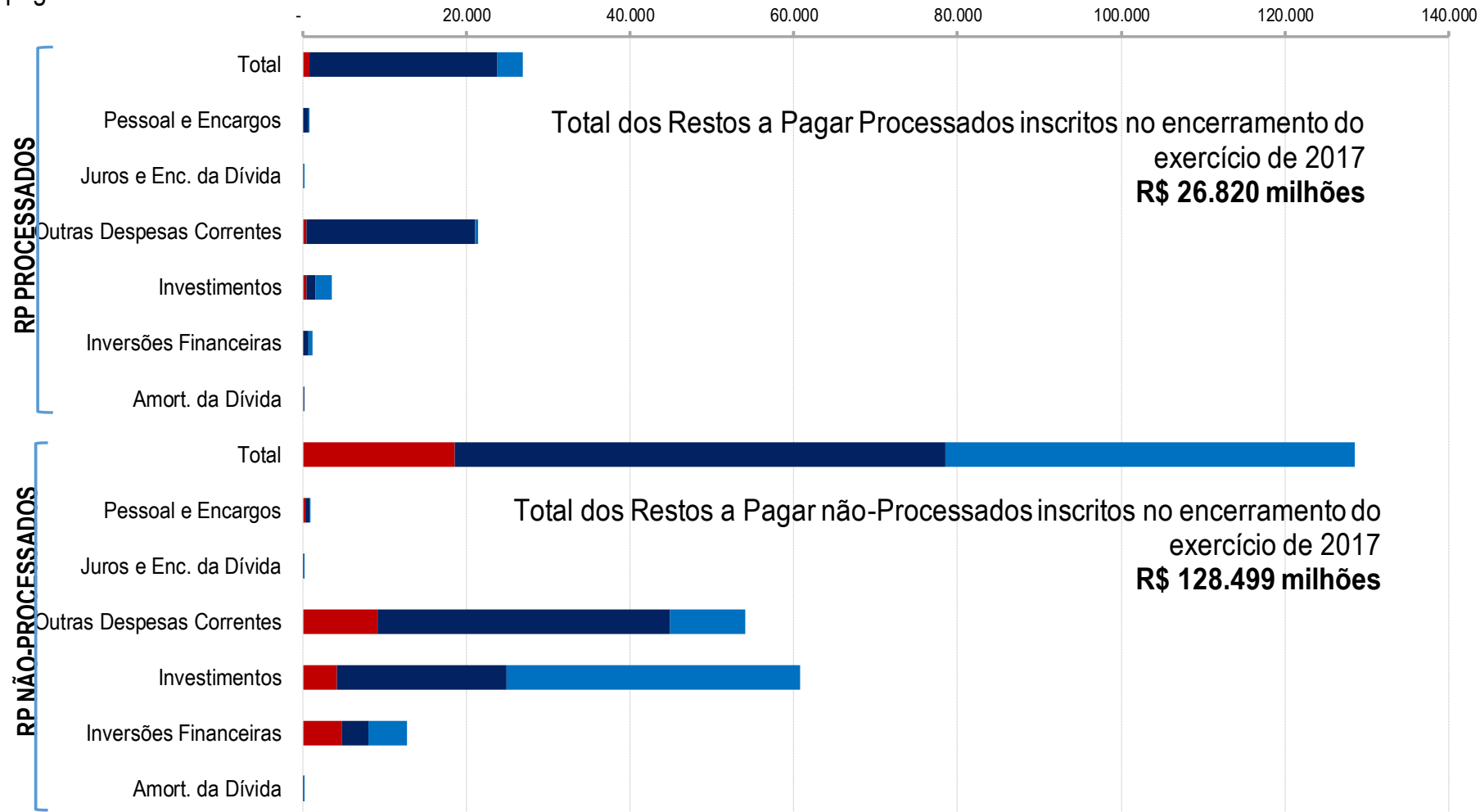
Anexo 7

Port. STN 495/2017

Demonstrativo dos Restos a Pagar por Poder e Órgão (por grupo de despesa)

Execução de Restos a Pagar – Panorama Geral

A figura abaixo ilustra a situação da execução de Restos a Pagar por grupo de despesa, segregando-se os RP processados dos não-processados. Para maior clareza, os RP processados e os não-processados serão demonstrados em figuras distintas nas próximas páginas.



Restos a Pagar

Quando uma despesa empenhada não é paga até o final de um exercício, ela é inscrita em restos a pagar. Ela é então classificada como processada (liquidada), quando tiver sido efetivamente executada, faltando apenas o pagamento; ou não processada (não liquidada), quando tiver sido contratada, mas sem ainda ter sido executada efetivamente.

■ Cancelados
■ Pagos
■ Saldo a Pagar

Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária de Dezembro de 2018, Anexo 7.

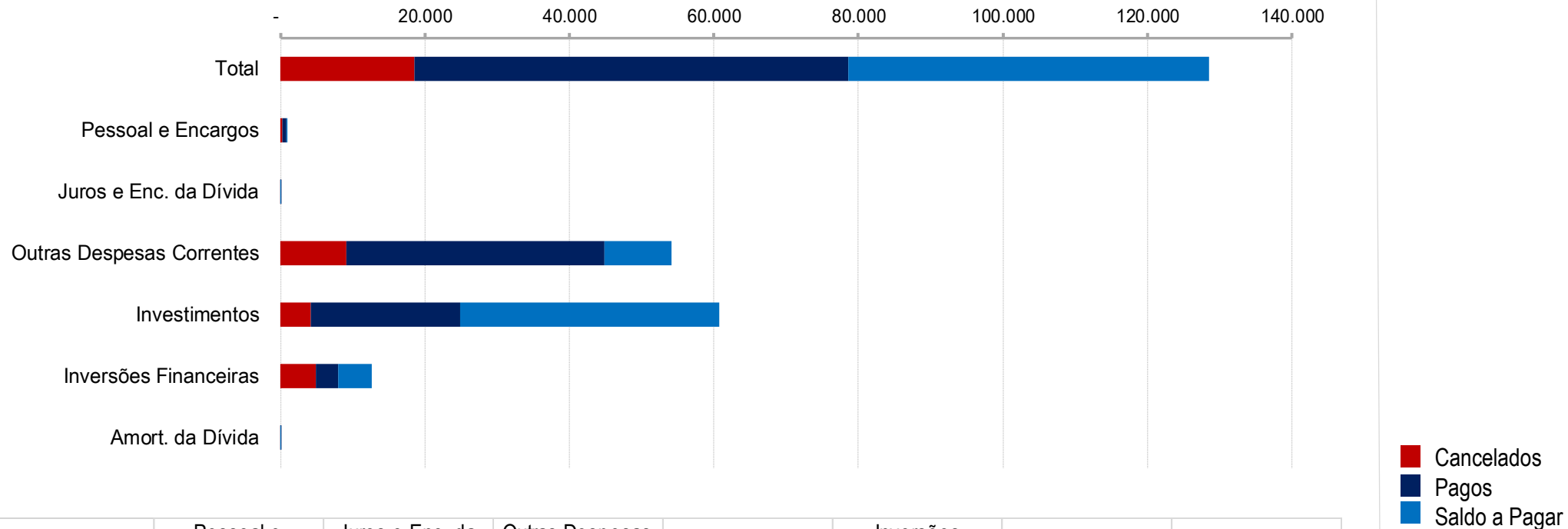
Anexo 7

Port. STN 495/2017

Demonstrativo dos Restos a Pagar (com detalhamento por grupo de despesa)

Execução de Restos a Pagar – Restos a Pagar não-Processados até Dezembro/2018 (R\$ milhões)

A figura e a tabela abaixo ilustram a situação da execução de **Restos a Pagar não-Processados**, isto é, referentes a empenhos não-pagos e que ainda não haviam sido liquidados por ocasião da inscrição no encerramento do exercício.



Em R\$ milhão	Pessoal e Encargos	Juros e Enc. da Dívida	Outras Despesas Correntes	Investimentos	Inversões Financeiras	Amort. da Dívida	Total
■ Cancelado	304	29	9.152	4.205	4.822	15	18.527
■ Pagos	434	1	35.740	20.722	3.136	3	60.035
■ Saldo a Pagar	175	49	9.174	35.820	4.712	8	49.937
Total	913	78	54.066	60.747	12.670	26	128.499

Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária de Dezembro de 2018, Anexo 7.

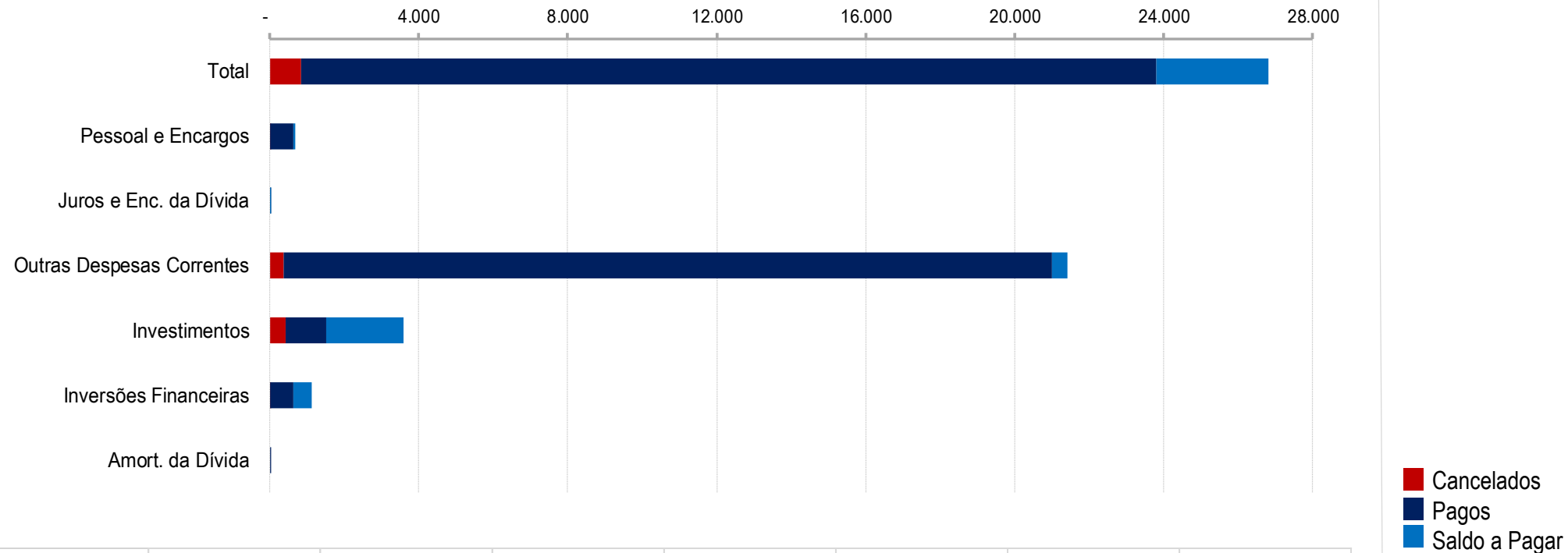
Anexo 7

Port. STN 495/2017

Demonstrativo dos Restos a Pagar (com detalhamento por grupo de despesa)

Execução de Restos a Pagar – Restos a Pagar Processados até Dezembro/2018 (R\$ milhões)

A figura e a tabela abaixo ilustram a situação da execução de **Restos a Pagar Processados**, isto é, referentes a empenhos não-pagos que já haviam sido liquidados por ocasião da inscrição no encerramento do exercício.



Em R\$ milhão	Pessoal e Encargos	Juros e Enc. da Dívida	Outras Despesas Correntes	Investimentos	Inversões Financeiras	Amort. da Dívida	Total
■ Cancelado	4	-	373	434	16	-	827
■ Pagos	624	1	20.642	1.080	618	7	22.972
■ Saldo a Pagar	61	1	411	2.064	485	-	3.021
Total	689	1	21.425	3.579	1.119	7	26.820

Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária de Dezembro de 2018, Anexo 7.

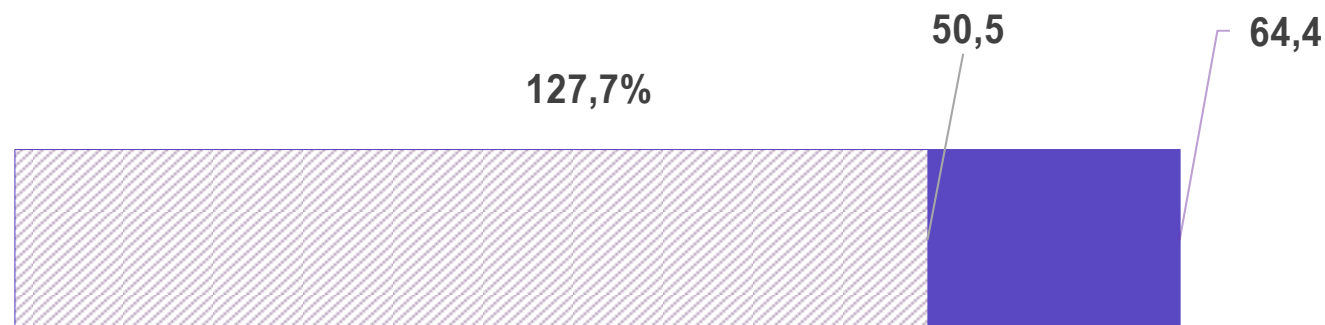
Anexo 8

Port. STN 495/2017

Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE)

Mínimo Constitucional de Gasto com Educação e Despesas Executadas até Dezembro/2018 (R\$ bilhões)

A Constituição Federal estabelece que a União deve aplicar em despesas com MDE o valor equivalente a 18% da Receita Líquida de Impostos (Receita de Impostos deduzidas de transferências constitucionais a Estados e Municípios) do exercício anterior, corrigida pelo IPCA acumulado de Julho do exercício anterior e Junho do exercício anterior. Ao longo do exercício, tal verificação se faz em relação a despesas liquidadas, acrescentando-se, ao final do exercício, o montante inscrito em restos a pagar não-processados.



▨ Limite Mínimo (ao final do Exercício)

■ Despesas Executadas até Dezembro/2018

Limite de Educação	DEZ/2008	DEZ/2009	DEZ/2010	DEZ/2011	DEZ/2012	DEZ/2013	DEZ/2014	DEZ/2015	DEZ/2016	DEZ/2017	DEZ/2018
Receita Líquida de Impostos (RLI)	101,3	116,8	159,5	205,5	218,8	239,1	245,5	237,3	258,8	272,1	299,2
Despesas Executadas com Educação	19,2	24,4	30,9	39,8	56,0	53,9	56,8	55,8	66,7	63,2	64,4
Limite Mínimo (em Dezembro)*	18,2	21,0	28,7	37,0	39,4	43,0	44,2	42,7	46,6	49,0	50,5
Despesa Excedente ao Mínimo	0,9	3,3	2,2	2,8	16,6	10,9	12,6	13,1	20,1	14,2	14,0

Receita Líquida de Impostos

Receita de Impostos deduzida de transferências constitucionais a Estados e Municípios.

Restos a Pagar Não-Processados

Despesas Empenhadas, que embora não tenham alcançado a fase da Liquidação, por força de dispositivo legal, são consideradas gastos do exercício financeiro do empenho.

*Na vigência da EC N° 95, o limite mínimo com educação, a partir de 2018, será o limite mínimo de 2017 corrigido pelo IPCA. No período de 2008 a 2017, o mínimo corresponde a 18% da RLI do exercício.

Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária de Dezembro de 2018, Anexo 8 – Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino.

Anexo 8

Port. STN 495/2017

Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE) Mínimo Constitucional de Gasto com Educação e Despesas Executadas até Dezembro/2018 (R\$ bilhões)

A tabela abaixo apresenta a execução das despesas com MDE até o mês de Dezembro/2018, comparada com os valores do mesmo período de exercícios anteriores.

Período	RLI	Limite Mínimo (em dezembro)	Despesas Executadas	% do Limite Atingido
dezembro de 2018	R\$ 299,18 Bi	R\$ 50,45 Bi	R\$ 64,43 Bi	127,7%
dezembro de 2017	R\$ 272,12 Bi	R\$ 48,98 Bi	R\$ 63,20 Bi	129,0%
dezembro de 2016	R\$ 258,79 Bi	R\$ 46,58 Bi	R\$ 66,69 Bi	143,2%
dezembro de 2015	R\$ 258,58 Bi	R\$ 46,54 Bi	R\$ 59,37 Bi	127,5%
dezembro de 2014	R\$ 245,52 Bi	R\$ 44,19 Bi	R\$ 56,81 Bi	128,5%
dezembro de 2013	R\$ 239,07 Bi	R\$ 43,03 Bi	R\$ 53,89 Bi	125,2%
dezembro de 2012	R\$ 218,82 Bi	R\$ 39,39 Bi	R\$ 56,04 Bi	142,3%
dezembro de 2011	R\$ 205,49 Bi	R\$ 36,99 Bi	R\$ 39,79 Bi	107,6%
dezembro de 2010	R\$ 159,54 Bi	R\$ 28,72 Bi	R\$ 30,94 Bi	107,7%
dezembro de 2009	R\$ 116,77 Bi	R\$ 21,02 Bi	R\$ 24,35 Bi	115,9%
dezembro de 2008	R\$ 101,31 Bi	R\$ 18,24 Bi	R\$ 19,15 Bi	105,0%

Receita Líquida de Impostos

Receita de Impostos deduzida de transferências constitucionais a Estados e Municípios.

Restos a Pagar Não-Processados

Despesas Empenhadas, que embora não tenham alcançado a fase da Liquidação, por força de dispositivo legal, são consideradas gastos do exercício financeiro do empenho.

*Na vigência da EC Nº 95, o limite mínimo com educação, a partir de 2018, será o limite mínimo de 2017 corrigido pelo IPCA. No período de 2008 a 2017, o mínimo corresponde a 18% da RLI do exercício.

Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária de Dezembro de 2018 e anteriores, Anexo 8 – Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino.

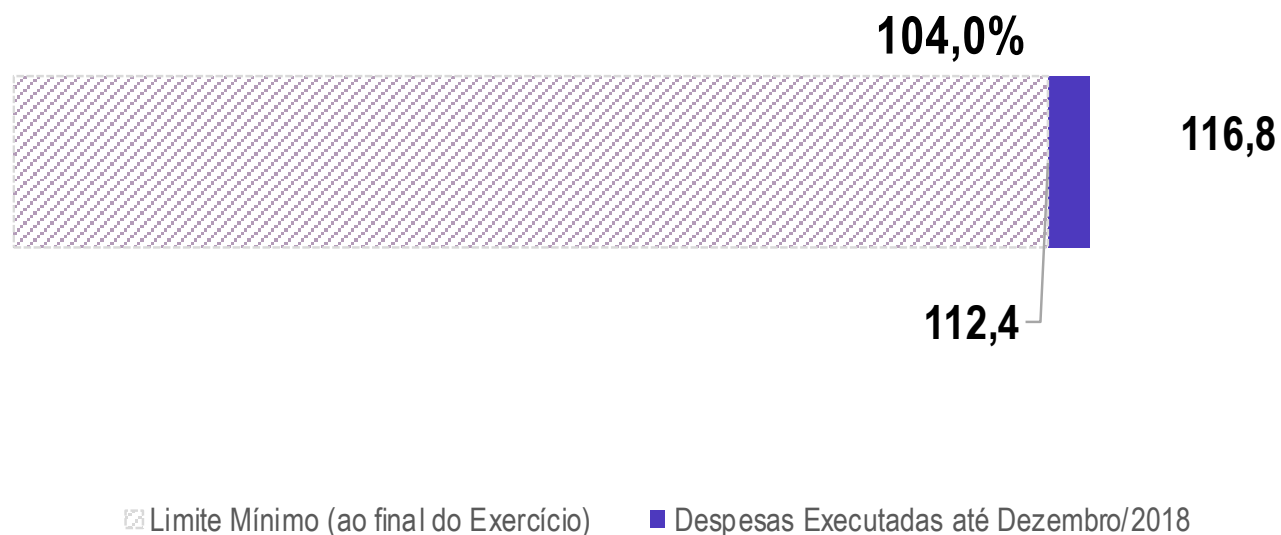
Anexo 12

Port. STN 495/2017

Demonstrativo das Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde (ASPS)

Mínimo Constitucional de Gasto com Saúde e Despesas Executadas até Dezembro/2018 (R\$ bilhões)

A aplicação em Ações e Serviços Públicos de Saúde (ASPS) no exercício, conforme a regra constitucional, deve ser de, no mínimo, 15% da Receita Corrente Líquida do exercício financeiro anterior, corrigida pelo IPCA acumulado de Julho do exercício ante anterior e Junho do exercício anterior.



Cálculo do Mínimo

O cálculo do mínimo é estabelecido pelo art. 110 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, observada a Lei Complementar nº 141/2012.

Nota:

Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas.

Limite de Saúde	DEZ/2008	DEZ/2009	DEZ/2010	DEZ/2011	DEZ/2012	DEZ/2013	DEZ/2014	DEZ/2015	DEZ/2016	DEZ/2017	DEZ/2018
Despesas Executadas com Saúde	48,7	58,3	62,0	72,4	80,1	83,1	91,9	100,1	106,2	114,7	116,8
Limite Mínimo (em Dezembro)	48,6	55,0	61,2	72,1	79,5	82,9	91,6	98,3	95,4	109,1	112,4
Despesa Excedente ao Mínimo (no ano)	0,1	3,3	0,7	0,2	0,6	0,1	0,3	1,7	10,9	5,6	5,6

Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária de Dezembro de 2018, Anexo 12 – Demonstrativo das Despesas com Saúde.

Anexo 12

Port. STN 495/2017

Demonstrativo das Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde (ASPS)

Mínimo Constitucional de Gasto com Saúde e Despesas Executadas até Dezembro/2018 (R\$ bilhões)

A tabela abaixo apresenta a execução das despesas com ASPS até o mês de Dezembro/2018, comparada com os valores do mesmo período de exercícios anteriores.

Período	Limite Mínimo (em dezembro)	Despesas Executadas	% do Limite Atingido
dezembro de 2018	R\$ 112,36 Bi	R\$ 116,82 Bi	104,0%
dezembro de 2017	R\$ 109,09 Bi	R\$ 114,70 Bi	105,1%
dezembro de 2016	R\$ 95,37 Bi	R\$ 106,24 Bi	111,4%
dezembro de 2015	R\$ 98,31 Bi	R\$ 100,05 Bi	101,8%
dezembro de 2014	R\$ 91,61 Bi	R\$ 91,90 Bi	100,3%
dezembro de 2013	R\$ 82,91 Bi	R\$ 83,05 Bi	100,2%
dezembro de 2012	R\$ 79,51 Bi	R\$ 80,07 Bi	100,7%
dezembro de 2011	R\$ 72,13 Bi	R\$ 72,36 Bi	100,3%
dezembro de 2010	R\$ 61,23 Bi	R\$ 61,98 Bi	101,2%
dezembro de 2009	R\$ 54,96 Bi	R\$ 58,28 Bi	106,0%
dezembro de 2008	R\$ 48,56 Bi	R\$ 48,68 Bi	100,2%

Cálculo do Mínimo

O cálculo do mínimo é estabelecido pelo art. 110 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, observada a Lei Complementar nº 141/2012.

Nota:

Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas.

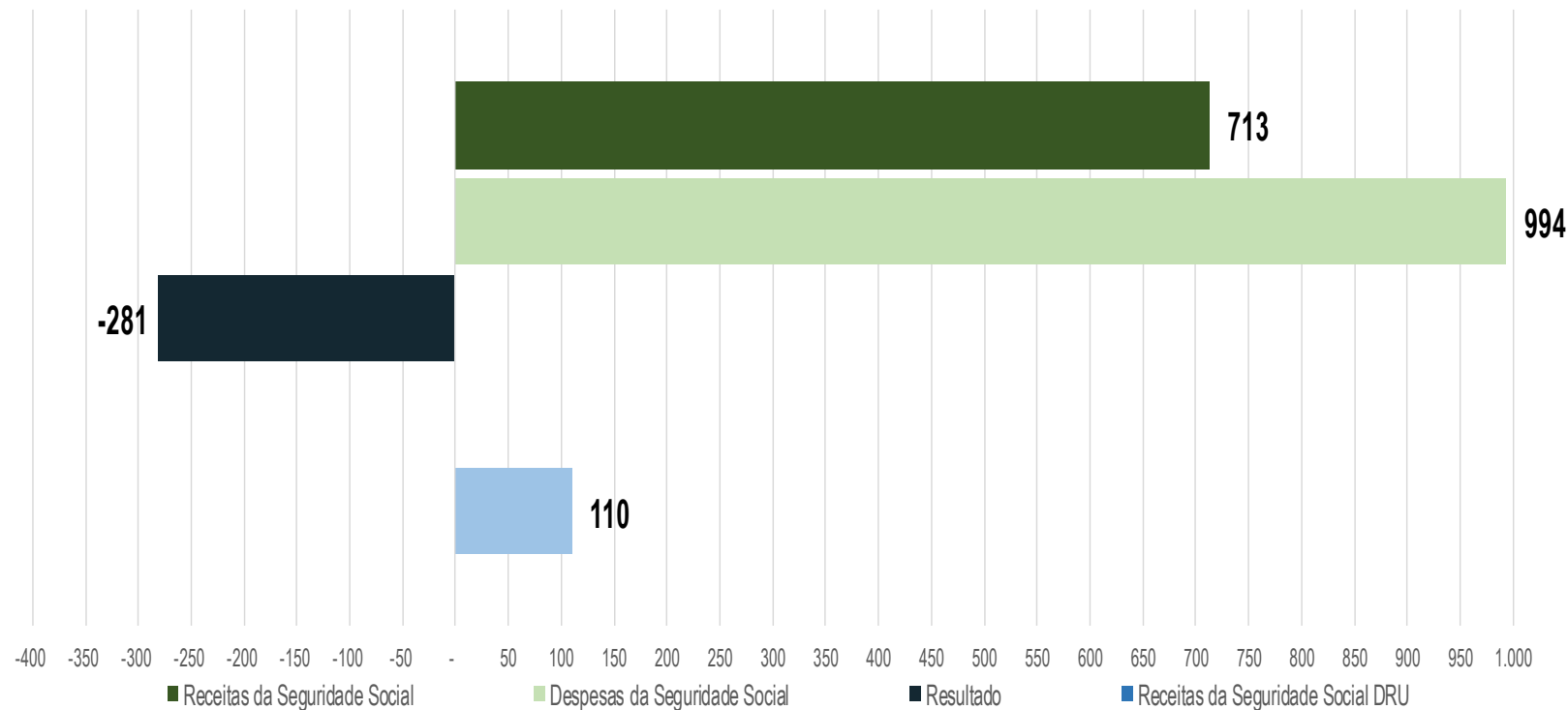
Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária de Dezembro de 2018 e anteriores, Anexo 12 –Demonstrativo das Despesas com Saúde.

Tabela 1

Receitas e Despesas da Seguridade Social

Receitas Realizadas, Despesas Liquidadas e Resultado até Dezembro/2018 (R\$ bilhões)

O gráfico abaixo mostra as receitas e despesas da Seguridade Social, assim como o resultado, líquidos das desvinculações de receitas (DRU).



Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária de Dezembro de 2018, Tabela 1 – Demonstrativo das Receitas e Despesas da Seguridade Social

Tabela 1

Receitas e Despesas da Seguridade Social

Receitas Realizadas, Despesas Liquidadas e Resultado até Dezembro/2018 (R\$ bilhões)

A tabela abaixo apresenta a apuração do Resultado da Seguridade Social até Dezembro de 2018, comparando com o mesmo período de exercícios anteriores.

Receitas da Seguridade Social	EXERCÍCIO						
	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
RGPS	276,59	307,58	337,55	351,68	360,38	379,25	395,20
RPPS - Civil	22,98	24,58	26,94	29,50	30,70	33,78	33,68
Pensões Militares	2,00	2,17	2,34	2,65	2,93	3,34	2,36
Demais (COFINS, CSLL e Outros)	223,34	252,23	256,14	262,18	241,29	258,83	281,86
Total das Receitas	524,91	586,56	622,97	646,00	635,29	675,21	713,09
Despesas da Seguridade Social							
Despesas do RGPS	318,83	358,58	402,09	440,08	510,09	561,39	589,51
RPPS - Civis (inclusive FCDF)	59,22	64,48	64,38	69,51	73,78	82,45	84,92
Pensionistas Militares	23,32	24,95	31,85	35,16	17,34	19,16	21,41
Saúde	80,07	83,05	91,90	100,05	106,24	114,70	116,82
Assistência Social	56,63	64,65	70,43	73,23	79,75	84,71	88,67
Abono Salarial	12,34	14,66	15,88	10,13	17,93	16,23	17,34
Seguro Desemprego	27,61	31,87	35,90	38,05	37,77	38,01	36,29
Demais Despesas	22,92	26,96	28,28	30,37	31,81	36,65	38,77
Total das Despesas	600,95	669,21	740,70	796,58	874,70	953,30	993,74
Resultado							
Resultado da Seguridade Social	-76,04	-82,64	-117,73	-150,58	-239,41	-278,09	-280,64
Receitas Desvinculadas (DRU)	54,81	60,13	59,88	60,62	91,96	100,37	109,65
Resultado com Receitas Desvinculadas	-21,23	-22,51	-57,85	-89,96	-147,45	-177,72	-170,99

Receitas da Seguridade Social

Foram incluídos os aportes do Tesouro para compensar a desoneração de encargos previdenciários da folha de pagamentos das empresas.

Despesas da Seguridade Social

A partir de 2016, as despesas com militares inativos deixaram de ser classificadas como gastos da seguridade social, restando apenas as pensões militares nesse grupo.

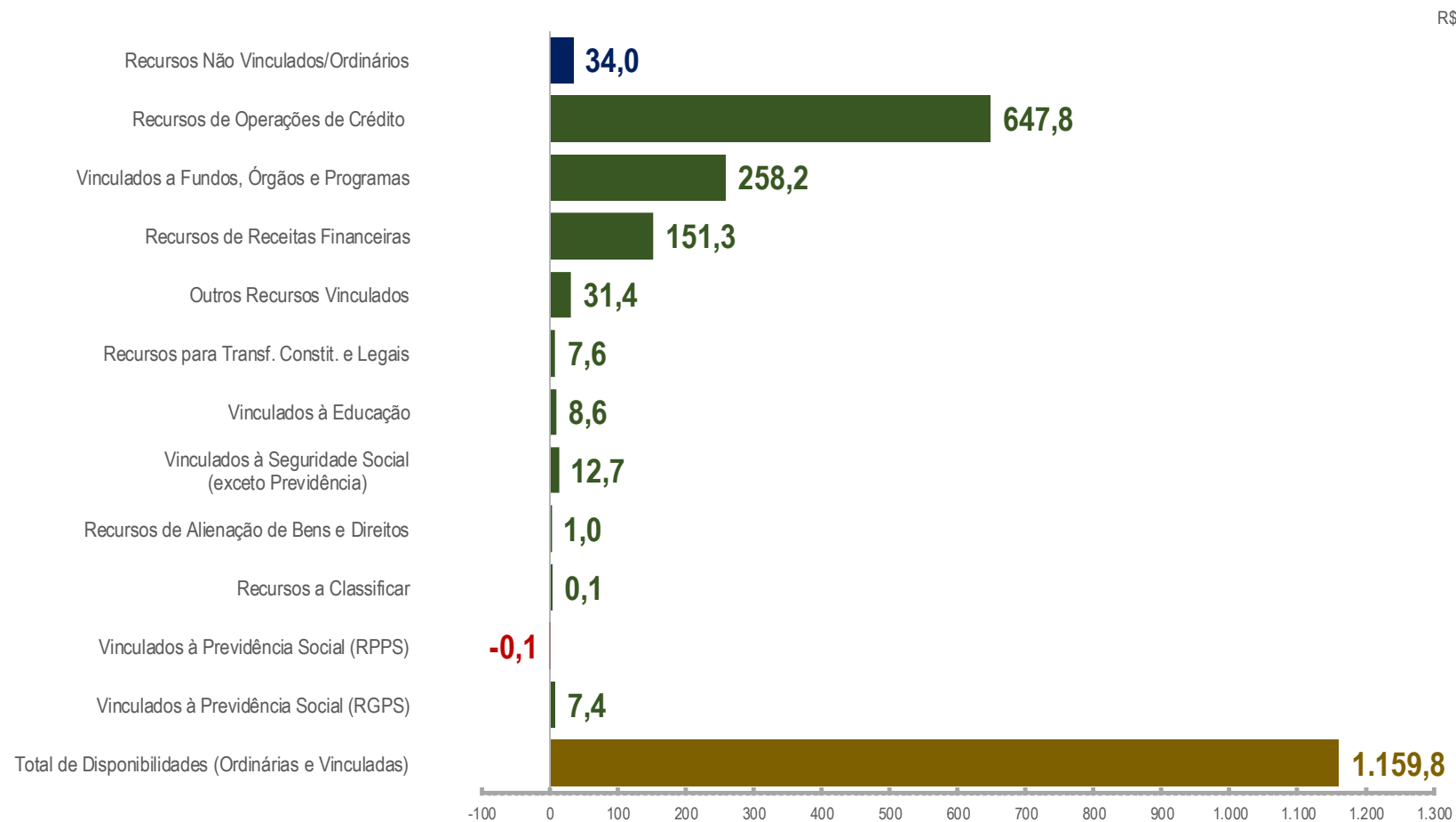
Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária de Dezembro de 2018 e anteriores, Tabela 1 – Demonstrativo das Receitas e Despesas da Seguridade Social

Tabela 4

Disponibilidade de Caixa (Poder Executivo)

Disponibilidade de Caixa Líquida por grupo de destinação de recursos até Dezembro/2018 (R\$ bilhões)

O gráfico abaixo demonstra a disponibilidade de caixa em Dezembro/2018, por grupo de destinação de recursos, após dedução das obrigações financeiras, para o Poder Executivo.



Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária de Dezembro de 2018, Tabela 4 – Demonstrativo da Disponibilidade e Fluxo.